

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGANÇA**Anúncio**

Processo n.º 1651/06.5TBBGC
 Insolvência de pessoa singular (requerida).
 Requerente — Banco BPI, S. A. — Sociedade Aberta.
 Devedor — Eliseu de Jesus Andrade.

No Tribunal da Comarca de Bragança, 1.º Juízo de Bragança, no dia 30 de Novembro de 2006, às 10 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Eliseu de Jesus Andrade, nascido em 19 de Julho de 1954, número de identificação fiscal 107563517, bilhete de identidade n.º 3337575, com endereço na Rua do Conde de Arães, 108 (antigo Bairro do Campo Redondo, lote B), 5300-000 Bragança, com sede na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeada a Dr.ª Daniela Fernandes, com endereço na Praça do Bom Sucesso, 65, 5.º, Sl. 507, Trade Center, 4150-241 Porto.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto nos artigos 188.º, 189.º e 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

30 de Novembro de 2006. — O Juiz de Direito, *José Pedro Pinto Vaz*. — A Oficial de Justiça, *Maria do Carmo*. 1000308906

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE CANTANHEDE**Anúncio**

Processo n.º 541/04.0TBCNT.
 Insolvência de pessoa singular (requerida).
 Requerente — António Manuel da Silva Pedrosa, residente na Rua de Ferreira de Castro, 46, 1.º, direito, Eixo, 3800 Aveiro.
 Requerente — Maria Isabel da Silva Pedrosa Marques, residente na Rua de Luís de Camões, 60, 1.º, direito, 3860-381 Estarreja.
 Insolvente — herança aberta por óbito de Manuel Marques Pedrosa e Adelaide do Nascimento Silva.

No Tribunal da Comarca de Cantanhede, 1.º Juízo de Cantanhede, no dia 28 de Novembro de 2006, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora, herança aberta por óbito de Manuel Marques Pedrosa e Adelaide do Nascimento Silva, residentes que foram em Vale do Junco, Portunhos, Cantanhede.

Para administrador da insolvência é nomeada o Dr. Pedro Pidwell, com endereço na Rua de Gustavo Ferreira Pinto Basto, 43, 1.º, direito, 3810-119 Aveiro.

Conforme sentença proferida nos autos verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

6 de Dezembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Manuel Figueiredo*. — A Oficial de Justiça, *Maria Delfina Marques*. 1000308878

TRIBUNAL DA COMARCA DE CASTELO DE PAIVA**Anúncio**

Processo n.º 324/06.3TBCPV.
 Insolvência de pessoa singular (apresentação).
 Insolvente — Sociedade de Construção Paivense, L.ª
 Credor — Paulo Silva e Cristina, L.ª, e outro(s).

No Tribunal da Comarca de Castelo de Paiva, secção única de Castelo de Paiva, no dia 10 de Outubro de 2006, pelas 16 horas e 50 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Sociedade de Construção Paivense, L.ª, número de identificação fiscal 502806982, com endereço em Curvite, Sobrado, 4550-203 Castelo de Paiva, com sede na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado João Manuel Couto Morais de Almeida, com endereço na Avenida do Dr. João Canavarro, 305, 3.º, S/32, Edif. Alameda 1, 4480-000 Vila do Conde.

Conforme sentença proferida nos autos verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

11 de Outubro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ángela Marinheiro*. — O Oficial de Justiça, *Paulo Carneiro*. 3000220549

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE COIMBRA**Anúncio**

Processo n.º 3116/06.6TJCBR.
 Insolvência de pessoa singular (requerida).
 Requerente — Oftaltec — Instrumentos Cirúrgicos de Qualidade, L.ª
 Insolvente — Joaquim Ferreira Lopes.

No Juízos Cíveis de Coimbra, 1.º Juízo Cível de Coimbra, no dia 9 de Outubro de 2006, às 15 horas, foi proferida sentença de de-